



SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar, onde será avaliada a viabilidade da contratação de empresa especializada em carpintaria para **mão de obra** de confecção e instalação de pista de laço em dupla para atender a secretaria de esporte, turismo e juventude de Anaurilândia/MS. Conforme projeto anexo.

1.1.2.

Nº	OBJETO (descrição)	MEDIDA	QUANTIDADE
1.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA E BRETE COM 36 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTOS, COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS, E 4 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CENTIMETROS DE LARGURA.	UNIDADE	01
2.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA TOTALIZANDO 100 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS. TRAVADA NA PARTE SUPERIOR COM UMA TABUA DE 4 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA, E ARAME LISO A CADA 10 CENTIMETROS NA PARTE INFERIOR.	UNIDADE	01
3.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM EMBARCADOR DE 6 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR PALANQUES A CADA 2 METROS E 5 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL; RAMPA CONFECCIONADA EM ALVENARIA COM CONTRAPISO EM CONCRETO COMPOSTA POR PEDILÚVIO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 15 CENTIMETROS E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,0 METROS.	UNIDADE	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

4.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM BRETE TIRADOR DE CORDA DE 5 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR LASCAS DE 2,60 DE COMPRIMENTO E 03 TABUAS DE 3 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL.	UNIDA DE	01
5.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 240 METROS LINEARES DE CERCA COM 1.60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 3 METROS, COMPOSTA POR ARAME LISO A CADA 10 CM DE ESPAÇAMENTO.	UNIDA DE	01
6.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 04 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 3,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	UNIDA DE	01
7.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 03 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 2,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	UNIDA DE	01

1.1.3. **O material para execução do objeto** será fornecido pelo município de Anaurilândia.

1.2. Natureza do Objeto

1.2.1. Os objetos do presente estudo são caracterizados como comuns, para os fins do disposto no inciso XIII do art.6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1. A contratação de empresa especializada em carpintaria, se faz necessária para que seja construída a pista de laço em duplas no recinto de exposições Maurício Thomazini, para assim atender as necessidades da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer de Anaurilândia/MS, que por sua vez, busca suprir as necessidades da população, que cada vez mais procuram por esportes e lazer. O município conta com mais de 100 atletas da modalidade que anseiam pela



SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

construção da pista de laço em duplas, para assim fomentar o esporte na região.

3. CONTRATAÇÃO ANTERIOR

Não há.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1. Não há previsão da presente demanda em Plano Anual de Contratações, uma vez que o Município de Anaurilândia-MS somente elaborará PCA para as aquisições e contratação a partir do ano de 2024.

4.2 Os estudos Preliminares estão alinhados ao PPA - Plano Plurianual.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Normativos disciplinadores:

- Lei Federal n.º 14.133/2023;
- Decreto Municipal n.º 1831/2023 – Dispensa de licitação;
- Lei Complementar n.º 123/2023;
- Lei Federal n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- Resolução TCE/MS n.º 88/2018 – Manual de Peças obrigatórias;
- Demais legislações correlatas.

5.2. Prazo e forma de entrega:

5.2.1. A contratada ficará a cargo de executar os serviços mencionados de acordo com o projeto, no prazo de 60 dias nas condições gerais estabelecidas no termo de referência.

5.3. Local e condições de entrega:

5.3.1. Os serviços deverão ser entregues no recinto de exposições Mauricio Thomazini. Não haverá pagamento adicionais para execução ou entrega do objeto, sendo o valor total para execução o previsto na planilha da proposta de preços ofertada.

5.3.1.1. Os serviços deverão ser solicitados e entregues através de contato direto entre a





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

empresa contratada e os representantes da Administração Municipal.

5.3.2. A entrega deverá ocorrer sem nenhum custo adicional à contratante via e-mail, sistema, correios, transportadora, etc., conforme a necessidade da demanda.

5.4 Prazo e Condições de Garantia

Será aplicada as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

5.5. Condições e prazos de pagamento: (art. 141 e seguintes da NLLC)

5.5.1. O pagamento, decorrente da entrega dos objetos será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias do mês subsequente à ENTREGA DO OBJETO, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

5.5.1.1. O documento de cobrança da CONTRATADA será a fiscal/fatura, na qual obrigatoriamente deverá constar as informações referentes ao número da conta corrente, agência e banco para depósito.

5.5.2. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5.3. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

5.5.4. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

5.5.5. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

5.5.6. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

5.5.7. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.5.8. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

5.5.9. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

5.5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.5.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

5.5.12. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.5.13. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da CONTRATADA.

5.5.14. Todas as despesas decorrentes da entrega/execução do objeto, como impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes/fretes e deslocamentos correrão inteira e exclusivamente por conta da contratada.

5.6. Duração do contrato: (art. 105 da NLLC)

5.6.1 A referida contratação terá vigência de 06 (seis) meses a contar da data de sua assinatura,





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por iguais e sucessivos períodos nos termos do art. 107 da lei Federal nº 14.133/2021.

6.6.1.1 A presente contratação trata-se de serviços contínuos, conforme definição do art. 6º, XV da NLLC.

5.6.2 Cronograma Físico-Financeiro.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO													
ITEM	SERVIÇOS	TEMPO EM MESES											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISTA DE LAÇO EM DUPLA	X	X										

5.7. Habilitação

5.7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.7.2. Para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1. Cópia da cédula de identidade do proprietário da empresa concorrente;
2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus



SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

administradores;

5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. ° 77, de 18 de março de 2020.

6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

5.7.2.1. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

5.7.2.1.1. Havendo dúvidas sobre o enquadramento de licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, a Administração poderá solicitar da licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de declaração de seu enquadramento.

5.7.3. Para fins de **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3. Prova de regularidade fiscal, nos seguintes termos:

a) certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

b) certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação - ICMS

4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.7.3.1. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.7.3.1.1. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a ME/EPP/Equiparada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

5.7.3.1.2. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

5.7.3.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.7.4.O fornecedor deverá encaminhar, para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, os seguintes documentos: (Art. 69 da NLLC)

5.7.4.1. Para pessoa jurídica, **certidão negativa de feitos sobre falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

5.7.4.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar **todos os demais requisitos de habilitação**.

5.8. Micro e pequenas empresas (art. 4 NLLCA c/c art. 42 a 49 da LC 123/2006)

5.8.1. A Lei Complementar n. 123/2006 confere tratamento diferenciado e simplificado à participação de ME e EPP e deve ser obrigatoriamente aplicada nas contratações da Administração Pública.

5.8.2. Após a realização de pesquisa de preços, foi contatado que a presente contratação possui valor estimado abaixo do limite de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), sendo que a participação na seleção de fornecedor para a contratação do objeto do presente termo será exclusiva para participação de **Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e os Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006.**

5.8.3. Uma vez que a presente licitação é exclusiva para contratação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual - MEI, não será aplicado o benefício do “empate ficto”, previsto no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006.

5.8.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

apresente alguma restrição.

5.8.5. A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, que tiver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006).

5.8.5.1. A não regularização da documentação, implicará na decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.9. DA SUSTENTABILIDADE

5.9.1. Na construção da pista de laço em duplas, deve-se optar por materiais de baixo impacto ambiental, como madeira certificada, metal reciclado, concreto ecológico, telhas de fibra vegetal, etc. Deve-se evitar o desperdício de materiais e o uso de substâncias tóxicas ou poluentes. Deve-se buscar a eficiência energética, o uso racional da água e a gestão adequada dos resíduos.

5.10. CONSÓRCIO

5.10.1. NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio em razão da inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, o que poderia trazer prejuízos ao todo do objeto a ser executado.

5.11. SUBCONTRATAÇÃO

5.11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, o que poderia trazer prejuízos ao todo do objeto a ser executado.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1 O quantitativo estipulado para a presente contratação foi feito com base nas medidas necessárias para que seja construída toda a estrutura da pista de laço em duplas.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. Dentro do presente estudo, foi analisado contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar uma maior economia para que atendesse as necessidades do Município de Anaurilândia – MS.

Contudo, não foram identificadas contratações semelhantes ao pretendido por esta administração.

7.2 Sendo assim entendemos que as soluções para atender ao objeto são as seguintes:

Solução 1: confecção e instalação da pista de prova de laço em duplas usando dos serviços do funcionalismo público. Análise: inviável, uma vez que a prefeitura municipal não possui colaboradores aptos ao serviço em seu quadro de servidores.

Solução 2: contratação de empresa especializada em carpintaria. Análise: viável, pois a contratação de uma empresa especializada trará agilidade e qualidade no processo, tornando possível alcançar o resultado pretendido com o objeto.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para fins de definição do valor estimado, inicialmente foi realizado pesquisa no **portal de transparência de outros órgãos da Administração**, contudo, não foi identificado nenhum contrato com objeto compatível com o pretendido por esta Administração em razão da padronização com o descritivo do objeto.

8.1.2. Na sequência foi realizada pesquisa no **Sistema Banco de Preços**, contudo, também não foi identificado nenhum contrato com objeto compatível com o pretendido por esta Administração em razão da padronização com o descritivo do objeto.

8.1.3. Posteriormente, foi realizada **pesquisa de Preço de Mercado** com fornecedores dos bens, objeto do presente estudo, onde obtivemos as seguintes cotações:





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

1- Michel Lincon Medeiros CNPJ: 33.268.621/0001-00

Nº	ITEM	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA E BRETE COM 36 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTOS, COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS, E 4 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CENTIMETROS DE LARGURA.	6.120,00	6.120,00
2.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA TOTALIZANDO 100 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS. TRAVADA NA PARTE SUPERIOR COM UMA TABUA DE 4 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA, E ARAME LISO A CADA 10 CENTIMETROS NA PARTE INFERIOR.	11.000,00	11.000,00
3.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM EMBARCADOR DE 6 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR PALANQUES A CADA 2 METROS E 5 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL; RAMPA CONFECCIONADA EM ALVENARIA COM CONTRAPISO EM CONCRETO COMPOSTA POR PEDILÚVIO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 15 CENTIMETROS E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,0 METROS.	3.000,00	3.000,00
4.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM BRETE TIRADOR DE CORDA DE 5 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR LASCAS DE 2,60 DE COMPRIMENTO E 03 TABUAS DE 3 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL.	1.500,00	1.500,00
5.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 240 METROS LINEARES DE CERCA COM 1.60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO	3.600,00	3.600,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

	COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 3 METROS, COMPOSTA POR ARAME LISO A CADA 10 CM DE ESPAÇAMENTO.		
6.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 04 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 3,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	600,00	600,00
7.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 03 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 2,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	420,00	420,00
TOTAL			26.240,00

2- Jose Dantas de Oliveira. CNPJ: 53.855.313/0001-98

Nº	ITEM	VALOR UNITÁRIO	total
1.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA E BRETE COM 36 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTOS, COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS, E 4 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CENTIMETROS DE LARGURA.	5.760,00	5.760,00
2.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA TOTALIZANDO 100 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS. TRAVADA NA PARTE SUPERIOR COM UMA TABUA DE 4 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA, E ARAME LISO A CADA 10 CENTIMETROS NA PARTE INFERIOR.	11.000,00	11.000,00
3.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM EMBARCADOR DE 6 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR PALANQUES A CADA 2 METROS E 5 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL; RAMPA CONFECCIONADA EM ALVENARIA COM	2.800,00	2.800,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

	CONTRAPISO EM CONCRETO COMPOSTA POR PEDILÚVIO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 15 CENTIMETROS E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,0 METROS.		
4.	CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE UM BRETE TIRADOR DE CORDA DE 5 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR LASCAS DE 2,60 DE COMPRIMENTO E 03 TABUAS DE 3 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL.	1.400,00	1.400,00
5.	CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE 240 METROS LINEARES DE CERCA COM 1.60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 3 METROS, COMPOSTA POR ARAME LISO A CADA 10 CM DE ESPAÇAMENTO.	3.360,00	3.360,00
6.	CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE 04 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 3,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	560,00	560,00
7.	CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE 03 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 2,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	420,00	420,00
TOTAL			25.300,00

3- Miguel Jose Neto CNPJ: 45.678.342/0001-01

Nº	ITEM	VALOR UNITÁRIO	total
1.	CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA E BRETE COM 36 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTOS, COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS, E 4 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CENTIMETROS DE LARGURA.	7.200,00	7.200,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

2.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA TOTALIZANDO 100 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS. TRAVADA NA PARTE SUPERIOR COM UMA TABUA DE 4 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA, E ARAME LISO A CADA 10 CENTIMETROS NA PARTE INFERIOR.	12.000,00	12.000,00
3.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM EMBARCADOR DE 6 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR PALANQUES A CADA 2 METROS E 5 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL; RAMPA CONFECCIONADA EM ALVENARIA COM CONTRAPISO EM CONCRETO COMPOSTA POR PEDILÚVIO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 15 CENTIMETROS E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,0 METROS.	3.500,00	3.500,00
4.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM BRETE TIRADOR DE CORDA DE 5 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR LASCAS DE 2,60 DE COMPRIMENTO E 03 TABUAS DE 3 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL.	1.800,00	1.800,00
5.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 240 METROS LINEARES DE CERCA COM 1.60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 3 METROS, COMPOSTA POR ARAME LISO A CADA 10 CM DE ESPAÇAMENTO.	4.080,00	4.080,00
6.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 04 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 3,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	640,00	640,00
7.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 03 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 2,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	480,00	480,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

TOTAL			29.700,00

8.2. Análise Crítica da Pesquisa

8.2.1. Para definição do valor estimado da presente contratação, tendo em vista a similaridade dos preços propostos pelos fornecedores e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração utilizaremos como referência o preço médio entre as propostas apresentadas pelos fornecedores identificados na pesquisa.

8.2.2. O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 26.639,00 (vinte e seis mil seiscentos e trinta e nove reais), conforme descrito abaixo.

Nº	Item	Valor unitário	Total
1.	CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA E BRETE COM 36 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTOS, COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS, E 4 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CENTIMETROS DE LARGURA.	6.360,00	6.360,00
2.	CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA TOTALIZANDO 100 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS. TRAVADA NA PARTE SUPERIOR COM UMA TABUA DE 4 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA, E ARAME LISO A CADA 10 CENTIMETROS NA PARTE INFERIOR.	11.333,00	11.333,00
3.	CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM EMBARCADOR DE 6 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR PALANQUES A CADA 2 METROS E 5 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL; RAMPA CONFECCIONADA EM ALVENARIA COM CONTRAPISO EM CONCRETO COMPOSTA POR PEDILÚVIO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 15 CENTIMETROS E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,0	3.100,00	3.100,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

	METROS.		
4.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM BRETE TIRADOR DE CORDA DE 5 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR LASCAS DE 2,60 DE COMPRIMENTO E 03 TABUAS DE 3 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL.	1.566,00	1.566,00
5.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 240 METROS LINEARES DE CERCA COM 1.60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 3 METROS, COMPOSTA POR ARAME LISO A CADA 10 CM DE ESPAÇAMENTO.	3.680,00	3.680,00
6.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 04 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 3,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	600,00	600,00
7.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 03 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 2,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	440,00	440,00
TOTAL			26.639,00

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. Após levantamento de mercado e definição da melhor solução, temos que para o atendimento das necessidades da administração, deve ser proposta a contratação de empresa especializada em carpintaria para confecção e instalação de pista de laço em dupla para atender a secretaria de esporte, turismo e juventude de Anaurilândia/MS, visando atender a demanda da população em sua procura por esporte e lazer.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

10.1 O objeto a ser contratado não comporta fracionamento em razão da natureza dos serviços a serem contratados, onde seu fracionamento pode acarretar em prejuízos para a administração pública, é viável economicamente e tecnicamente a contratação global do objeto.

10.2 Ante a viabilidade técnica, a aquisição deverá ser realizada com a disputa de menor preço proposto para o objeto como um todo (global).

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. A Administração Pública preza o bem-estar da população e isso inclui o fornecimento de esporte e lazer conforme sua necessidade. A construção da PISTA DE LAÇO EM DUPLAS suprirá as necessidades da população, visto que o município conta com mais de cem atletas da modalidade, assim fomentando o esporte em nossa região, até mesmo formando novos atletas ocasionando em competições locais ou até mesmo regionais.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

12.1. Não há.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

13.1. Não há.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

14.1. Impactos ambientais:

14.1.1 Alteração da vegetação nativa: para construir uma pista de laço, é necessário desmatar uma área de terra, o que pode afetar a biodiversidade, o solo e o clima local.

14.1.2 14.1.2 Geração de resíduos: a pista de laço produz diversos tipos de resíduos, como fezes, urina, restos de alimentos, embalagens, entre outros, que podem contaminar o solo e as águas superficiais e subterrâneas, se não forem descartados adequadamente.

14.2 Solução:

14.2.1 Para minimizar esses impactos, é importante que a pista de laço siga as normas ambientais e de bem-estar animal, como realizar um estudo de impacto ambiental prévio, utilizar equipamentos adequados, promover a recuperação da área após o evento, garantir a saúde e o conforto dos animais, entre outras medidas.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. A contratação deverá ser realizada através de dispensa de licitação, com disputa pelo menor valor global.

16. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO

16.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, (Lei de acesso à informação), o presente Estudo não se classifica como sigiloso.

17. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO E POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

17.1. Conforme fundamentação acima, considera-se que a contratação de empresa especializada em carpintaria é viável, além de ser necessária para atender as necessidades da secretaria de esporte, turismo e juventude de Anaurilândia – MS.

Anaurilândia – MS, 08 de março de 2024.

Elaborado por:

Sérgio Victor Lubaski

Aprovado por:

Leonel da Silva

DIRETOR DE ESPORTES.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

Termo de Referência

(Dispensa Eletrônica – Exclusiva ME-EPP-MEI)

1. Objeto

1.1 O objeto do presente termo consiste na contratação de empresa especializada em carpintaria para **mão de obra** de confecção e instalação de pista de laço em dupla para atender a secretaria de esporte, turismo e juventude de Anaurilândia/MS. Conforme projeto anexo.

Nº	OBJETO (descrição)	MEDIDA	QUANTIDADE
1.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA E BRETE COM 36 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTOS, COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS, E 4 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CENTIMETROS DE LARGURA.	UNIDADE	01
2.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA TOTALIZANDO 100 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS. TRAVADA NA PARTE SUPERIOR COM UMA TABUA DE 4 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA, E ARAME LISO A CADA 10 CENTIMETROS NA PARTE INFERIOR.	UNIDADE	01
3.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM EMBARCADOR DE 6 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR PALANQUES A CADA 2 METROS E 5 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL; RAMPA CONFECCIONADA EM ALVENARIA COM CONTRAPISO EM CONCRETO COMPOSTA POR PEDILÚVIO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 15 CENTIMETROS E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,0 METROS.	UNIDADE	01
4.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM BRETE TIRADOR DE CORDA DE 5 METROS DE	UNIDADE	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

	COMPRIMENTO, COMPOSTO POR LASCAS DE 2,60 DE COMPRIMENTO E 03 TABUAS DE 3 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL.		
5.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 240 METROS LINEARES DE CERCA COM 1.60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 3 METROS, COMPOSTA POR ARAME LISO A CADA 10 CM DE ESPAÇAMENTO.	UNIDA DE	01
6.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 04 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 3,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	UNIDA DE	01
7.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 03 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 2,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	UNIDA DE	01

1.1.2. **O material para execução do objeto** será fornecido pelo município de Anaurilândia.

1.2 Natureza do Objeto

1.2.1. Os objetos do presente estudo são caracterizados como comuns, para os fins do disposto no inciso XIII do art.6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea 'B', Da Lei Nº 14.133/2021)

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da Solução como um Todo

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

4. Requisitos da Contratação (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1. Normativos disciplinadores:

- a) Lei Federal n.º 14.133/2023;
- b) Decreto Municipal n.º 1.831/2023 – Dispensa de licitação;
- c) Lei Complementar n.º 123/2023;
- d) Lei Federal n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- e) Resolução TCE/MS n.º 88/2018 – Manual de Peças obrigatórias;
- f) Demais legislações correlatas.

4.2. Duração do contrato: (art. 105 da NLLC)

5.6.1 A referida contratação terá vigência de 6 (seis) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por iguais e sucessivos períodos nos termos do art. 107 da lei Federal nº 14.133/2021.

6.6.1.1 A presente contratação trata-se de serviços contínuos, conforme definição do art. 6º, XV da NLLC.

5.6.2 Cronograma Físico-Financeiro.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO													
ITEM	SERVIÇOS	TEMPO EM MESES											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISTA DE LAÇO EM DUPLA	X	X										

4.3 Da sustentabilidade

4.3.1. Na construção da pista de laço em duplas, deve-se optar por materiais de baixo impacto ambiental, como madeira certificada, metal reciclado, concreto ecológico, telhas de fibra vegetal, etc. Deve-se evitar o desperdício de materiais e o uso de substâncias tóxicas ou poluentes. Deve-se buscar a eficiência energética, o uso racional da água e a gestão adequada





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

dos resíduos.

4.4 Consórcio

4.4.1. NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio em razão da inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, o que poderia trazer prejuízos ao todo do objeto a ser executado.

4.5 Subcontratação

4.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, o que poderia trazer prejuízos ao todo do objeto a ser executado.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazo e forma de entrega:

5.1.1 Os serviços deverão ser entregues de acordo com o projeto em até 60 dias após a solicitação da Secretaria de Esporte, Turismo e Juventude de Anaurilândia/MS, no recinto de exposições Mauricio Thomazini após a assinatura do contrato.

5.2. Local e condições de entrega:

5.3.1. Os serviços deverão ser entregues no recinto de exposições Mauricio Thomazini. Não haverá pagamento adicionais para execução ou entrega do objeto, sendo o valor total para execução o previsto na planilha da proposta de preços ofertada.

5.3.1.1. Os serviços deverão ser solicitados e entregues através de contato direto entre a empresa contratada e os representantes da Administração Municipal.

5.3.2. A entrega deverá ocorrer sem nenhum custo adicional à contratante via e-mail, sistema, correios, transportadora, etc., conforme a necessidade da demanda.

5.3 Prazo e Condições de Garantia

5.3.1. Conforme segue o Código de Defesa do Consumidor.

6. Modelo de Gestão do Contrato





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7. Critérios de Pagamento

7.1. Condições e prazos de pagamento: (art. 141 e seguintes da NLLC)





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

7.1 O pagamento, decorrente da entrega dos objetos será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias do mês subsequente à ENTREGA DO OBJETO, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

7.1.1 O documento de cobrança da CONTRATADA será a fiscal/fatura, na qual obrigatoriamente deverá constar as informações referentes ao número da conta corrente, agência e banco para depósito.

7.2 Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.3 Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.4 A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.5 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.6 A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

7.7 A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.8 Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

7.9 O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

7.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11 Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

7.12 Não será efetuado qualquer pagamento à empresa CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.13 Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da CONTRATADA.

7.14 Todas as despesas decorrentes da entrega/execução do objeto, como impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes/fretes e deslocamentos correrão inteira e exclusivamente por conta da contratada.

8. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor

8.1 A contratação deverá ser realizada através de dispensa de licitação, com disputa pelo **menor valor global**, com fundamento no art. 75, II da Lei Federal n.º 14.133/2021, com aplicação de tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.2 As Propostas deverão ser enviadas e julgadas de acordo com o disposto no Decreto Municipal n.º 1.831/2023.

9. Habilitação

9.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2 Para fins de **Habilitação Jurídica**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Cópia da cédula de identidade do proprietário da empresa concorrente;

II. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

IV. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

VI. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.2.1 No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

9.2.1.1 Havendo dúvidas sobre o enquadramento de licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, a Administração poderá solicitar da licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de declaração de seu enquadramento.

9.3 Para fins de **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de regularidade fiscal, nos seguintes termos:

a) certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

b) certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação – ICMS;

IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.3.1 As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.3.1.1 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a ME/EPP/Equiparada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.3.1.2 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.3.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4 O fornecedor deverá encaminhar, para fins de **Qualificação Econômico-Financeira**, os seguintes documentos: (Art. 69 da NLLC)

9.4.1 Para pessoa jurídica, **certidão negativa de feitos sobre falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.4.1.1 No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar **todos os demais requisitos de habilitação**.

9.5. Micro e pequenas empresas (art. 4 NLLCA c/c art. 42 a 49 da LC 123/2006)

9.5.1 A Lei Complementar n. 123/2006 confere tratamento diferenciado e simplificado à participação de ME e EPP e deve ser obrigatoriamente aplicada nas contratações da Administração Pública.

9.5.2 Após a realização de pesquisa de preços, foi constatado que a presente contratação possui valor estimado abaixo do limite de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), sendo que a participação na seleção de fornecedor para a contratação dos serviços objeto do presente termo será exclusiva para participação de **Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e os Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006.**

9.5.3 Uma vez que a presente licitação é exclusiva para contratação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual - MEI, não será aplicado



SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

o benefício do “empate ficto”, previsto no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006.

9.5.4 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.5.5 A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, que tiver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006).

9.5.5.1 A não regularização da documentação, implicará na decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10. Estimativas do Valor da Contratação e Dotação

10.1 O Valor estimado do objeto do presente termo é de R\$ **R\$26.639,00** (vinte e seis mil seiscentos e trinta e nove reais)

Nº	Item	Valor unitário	Total
1.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA E BRETE COM 36 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTOS, COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS, E 4 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CENTIMETROS DE LARGURA.	6.360,00	6.360,00
2.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUERÊNCIA TOTALIZANDO 100 METROS LINEARES DE CERCA COM 1,60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA COM PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 2,5 METROS. TRAVADA NA PARTE SUPERIOR COM UMA TABUA DE 4 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA, E ARAME LISO A CADA 10 CENTIMETROS NA PARTE INFERIOR.	11.333,00	11.333,00
3.	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM EMBARCADOR DE 6 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR PALANQUES A CADA 2 METROS	3.100,00	3.100,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

	E 5 TABUAS DE 3 CENTIMETROS DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL; RAMPA CONFECCIONADA EM ALVENARIA COM CONTRAPISO EM CONCRETO COMPOSTA POR PEDILÚVIO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 15 CENTIMETROS E COMPRIMENTO MINIMO DE 2,0 METROS.		
4.	CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE UM BRETE TIRADOR DE CORDA DE 5 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSTO POR LASCAS DE 2,60 DE COMPRIMENTO E 03 TABUAS DE 3 CM DE ESPESSURA POR 15 CM DE LARGURA EM CADA LATERAL.	1.566,00	1.566,00
5.	CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE 240 METROS LINEARES DE CERCA COM 1.60 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR PALANQUES DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO NAS EXTREMIDADES E LASCAS DE 2,60 METROS DE COMPRIMENTO COM DISTÂNCIA DE VÃO LIVRE INFERIOR A 3 METROS, COMPOSTA POR ARAME LISO A CADA 10 CM DE ESPAÇAMENTO.	3.680,00	3.680,00
6.	CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE 04 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 3,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	600,00	600,00
7.	CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE 03 PORTERIAS EM MADEIRA TIPO SANDUICHE, COM 2,0 METROS DE COMPRIMENTOS POR 1,20 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR 04 TÁBUAS.	440,00	440,00
TOTAL			26.639,00

10.2 O detalhamento da pesquisa de preços, as memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços referenciais, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

10.3 Para a aquisição pretendida, os gastos serão suportados pelas seguintes dotações orçamentárias:

0084-01.006.27.813.0009.2015-3390.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

11. Das obrigações das partes

11.1 São obrigações do Contratante:

11.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

11.1.2 Receber os serviços objeto da contratação no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução dos serviços, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

11.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;

11.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

11.1.11 Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

11.2 São obrigações da Contratada:

11.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.2.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.2.4 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.2.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.2.6 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

11.2.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.2.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.2.9 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021), se for o caso. A comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).;

11.2.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.2.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.2.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.13 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal,





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E JUVENTUDE

as normas de segurança do contratante;

12. Classificação quanto ao acesso

12.1 Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, (Lei de acesso à informação), o presente Estudo não se classifica como sigiloso.

Anaurilândia – MS, 11 de Março de 2024.

Elaborado por:

Aprovado por:

Sérgio Victor Lubaski

Leonel da Silva
Diretor de Esporte.